PODERES DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Danton Gabriel Pain, Eduardo Buzetti Eustachio Bezerra, Thais Fernanda Silva Rogério

Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail:

danton_gabriel222@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho refere-se ao poder de investigação criminal do Ministério Público, sendo esse um tema atualmente tormentoso no cenário jurídico brasileiro, haja vista a falta de uniformização entre as teses defendidas pela literatura e jurisprudências atuais de nossos tribunais. Assim sendo, o presente trabalho objetiva analisar os principais entendimentos doutrinários, bem como jurisprudencial sobre a questão, com o intuito de se verificar o real e legítimo alcance do poder conferido ao Ministério Público, de modo a transmitir uma compreensão geral das posições existentes causadoras de polêmicas, mostrando assim qual é mais convincente e adequada para o século atual, destacando ainda os principais fundamentos encontrados.

Palavras-chave: Ministério Público. Investigação criminal. Legitimidade para investigar. Constituição Federal. Possibilidade.

CRIMINAL INVESTIGATION POWERS OF THE PUBLIC PROSECUTION

ABSTRACT

This paper refers to the power of criminal prosecutors, making a stormy topic currently in the Brazilian legal scenario, given the lack of standardization of the views put forward by the doctrine and jurisprudence of our courts today. Therefore, the present study aims to analyze the main doctrinal understandings, as well as case law on the issue in order to verify the real and legitimate scope of the power given to prosecutors in order to convey a general understanding of existing positions causing controversial, showing what is most convincing and appropriate for the current century, still highlighting key fundamentals found.

Keywords: Prosecutor. Criminal investigation. Legitimacy to investigate. Federal Constitution. Possible.

1 INTRODUÇÃO

O Ministério Público, de acordo com a teoria dos poderes implícitos, tem legitimidade para realizar atos de investigação criminal, sem ter que solicitar diligências à polícia judiciária. Porém, existem autores que não concordam com essa teoria, sendo assim, se posicionam no sentido contrário, sustentando que de acordo com a Constituição Federal de 1988 o *Parquet* não tem legitimidade para exercer o poder de investigação criminal, haja vista que não se encontra expressa no texto da lei tal função. Entretanto, o Ministério Público, não de agora, mas de longo tempo, insiste em atuar diretamente na investigação criminal, não como fiscal de sua regularidade, mas sim, como seu protagonista.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo mostrar os posicionamentos divergentes em relação à legitimidade do Ministério Público para realizar investigações criminais autônomas.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi eminentemente bibliográfica, tendo a intenção de possibilitar a compreensão referente aos poderes de investigação do Ministério Público, expondo qual é a posição majoritária de acordo com a doutrina e jurisprudência.

3 A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Precedendo a fase judicial da persecução penal, o sistema jurídico pátrio possui a fase investigativa. Essa investigação criminal é realizada por delegados de polícia, visando a preparação da futura ação penal. Seu instrumento é o inquérito policial, salvo nos casos de infração de menor potencial ofensivo, quando os elementos são apurados por intermédio de termo circunstanciado. Consoante os ensinamentos de Tourinho Filho (2011, p. 110): “A Polícia Civil exerce a atividade, de índole eminentemente administrativa, de investigar o fato típico e apurar a respectiva autoria”.

Dessa forma, tem-se em vista que no Brasil, a investigação criminal é o objeto do Inquérito Policial, servindo como base para uma futura ação penal, nele se busca o mínimo possível de provas, seja de autoria ou de materialidade do fato.

4 O MINISTÉRIO PÚBLICO

De acordo com o art. 127, caput, da CF/88, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ensina Mougenot (2013, p. 144):

O Ministério Público é a chamada “parte imparcial” do processo, porquanto na defesa dos interesses públicos ocupa o pólo ativo da ação penal, podendo, não obstante, quando o caso assim justificar, postular a absolvição do acusado ou qualquer medida mais benéfica a este.

Isto é, o Ministério Público é um dos sujeitos do processo, que tem o dever de atuar exercendo as funções que a lei determina, ocupando dentro do sistema acusatório adotado pelo Processo Penal Brasileiro a função do personagem que acusa o réu.

5 PODERES DE INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

As funções institucionais do Ministério Público estão descritas no artigo 127 da Constituição Federal de 1988, são os chamados poderes explícitos.

Desta forma, convém salientar que a doutrina possui os mais diversos ensaios sobre o assunto. Desse modo, faz-se necessário apresentar uma breve síntese dos principais argumentos de ambas as correntes, ou seja, aquelas que atribuem ao Ministério Público os poderes de investigação criminal e as que negam.

A primeira corrente, sendo esta a majoritária de acordo com a doutrina e jurisprudência, defende a idéia de que é legítimo ao Ministério Público, conduzir investigações criminais quando necessário, não estando obrigado a requisitar à autoridade policial as diligências investigatórias ou a instauração de inquérito.

Esse posicionamento majoritário, de acordo com a literatura e a jurisprudência atual, baseia-se na atuação dos poderes implícitos. Explica Damásio de Jesus (2007, p.55): “Em momento algum pretendeu o constituinte excluir a possibilidade de que outros órgãos investigassem infrações penais. Ademais, há que se priorizar uma interpretação teológica e sistemática da Constituição Federal, não a simples gramatical ou literal.”

Portanto, sob esse argumento, vem o Ministério Público atuando sozinho em investigações criminais, excluindo a polícia judiciária dos procedimentos, baseando-se na Resolução 13 criada pelo próprio Conselho Nacional do Ministério Público.

Inclusive, o Supremo Tribunal Federal já concluiu que o Ministério Público pode fazer investigações. O colegiado seguiu o entendimento do relator, Ministro Gilmar Mendes, sustentando que apesar do artigo 129 da Constituição Federal não tratar de forma expressa das investigações criminais presididas pelo Ministério Público, também não veda.

Por fim, cumpre salientar que foi recusado o texto final da PEC 37¹, a qual previa a retirada do poder de investigação criminal para membros do Ministério Público, restringindo à atribuição às Polícias Civil e Federal.

A segunda corrente, sendo esta minoritária, diz que a investigação criminal foi reservada pela Constituição Federal, à Polícia Judiciária (Polícia Civil Estadual e Polícia Federal), sendo ilegítimo o exercício de tal função pelos membros do Ministério Público. Dessa forma, alguns atores sustentam a impossibilidade do Ministério Público presidir investigações criminais.

José Afonso da Silva (2011, p.1170) expõe que:

Membro do Ministério Público não tem legitimidade constitucional para presidir o inquérito com objetivo direto ou indireto de apuração da infração penal, pois a apuração da infração penal, exceto as militares, é função da Polícia Judiciária, sob a presidência do delegado de polícia (SILVA, 2011, p. 1170).

Este posicionamento defende a idéia da exclusividade do poder investigatório das polícias judiciárias, pelo qual o Ministério Público estaria usufruindo da competência conferida a outro órgão. Dessa forma, é sustentado que em nenhum momento a Constituição Federal conferiu ao Ministério Público “promover investigações criminais”, pelo contrário, deixou claro que no caso dessa instituição, pode apenas promover o inquérito civil. Enquanto no campo penal, pode atuar exercendo o controle externo da atividade policial e requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial a essa mesma autoridade da polícia judiciária.

Ademais, sustentam o fundamento de que o legislador constitucional expressamente elencou no artigo 129 da Constituição Federal as atribuições do Ministério Público, bem como o fez a própria Lei Orgânica do Ministério Público. Sustentam ainda, que se encontram claramente previstas as atribuições para instaurar inquéritos civis, procedimentos administrativos, ações de improbidade, entre outras atribuições. Portanto, não existe nenhuma razão para que o legislador deixasse implícita a competência do Ministério Público para instaurar investigações criminais. Esse posicionamento não prevalece na literatura e jurisprudência, é o minoritário.

6 POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL

Consoante o posicionamento atual do Tribunal de Justiça, sustentando a posição majoritária, o Ministério Público pode não somente requisitar diligências, mas também realizá-las diretamente, quando se mostrar necessário. Nesse sentido:

¹ A PEC 37 sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. O item adicional traria a seguinte redação: “A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente”.

APELAÇÃO CRIMINAL - PRELIMINARES - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PRESIDIR INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - PREVISÃO CONSTITUCIONAL - INÉPCIA DA DENÚNCIA - INOCORRÊNCIA - REJEIÇÃO. MÉRITO - ABSOLVIÇÃO DA CORRUPÇÃO ATIVA - IMPOSSIBILIDADE - DOLO EVIDENCIADO - RECURSO DESPROVIDO. 1- A legitimidade do Ministério Público para realizar diligências investigatórias decorre de expressa previsão constitucional, sendo imprescindível, ademais, para a fiel realização de suas funções institucionais. 2- Observado que a denúncia preenche os requisitos previstos no art. 41 do CPP, o que possibilitou que o réu se defendesse eficazmente dos fatos que lhe foram imputados, não há que se falar em sua inépcia e, via de consequência, em cerceamento de defesa. 3- Havendo prova do dolo específico na conduta do agente, imperiosa a manutenção do decreto condenatório firmado em primeira instância. (TJ-MG - APR: 10382120018348001 MG, Relator: Eduardo Machado, Data de Julgamento: 02/07/2014, Câmaras Criminais / 5ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 11/07/2014)

Portanto, verifica-se no caso em tela que o próprio Tribunal de Justiça vem sustentando em seus julgados a legitimidade do Ministério Público presidir investigações criminais, não reservando essa função exclusivamente a Polícia Judiciária.

7 CONCLUSÃO

A toda evidência, a teoria dos poderes implícitos é que possui mais aceitação no campo científico e na jurisprudência pátria. Isso porque malgrado a atribuição de investigação criminal pelo Ministério Público não esteja estabelecida de forma expressa na Constituição Federal também não está vedada.

A Constituição Federal, ao conferir ao Ministério Público a titularidade privativa da ação penal pública, trouxe implícita a autorização para realizar atos de investigação criminal. Nesse sentido, o próprio Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concluíram que o *Parquet* além de requerer diligências, tem poderes para iniciar investigações criminais sem depender da Polícia Judiciária, sempre que visualizar necessidade para tanto.

Ademais, a PEC 37 foi negativamente, mostrando claramente que ao Ministério Público é atribuído o poder de investigação criminal, sendo assim, não tende a prosperar qualquer iniciativa de Emenda Constitucional contrária.

De resto, essa posição parece-nos a melhor adequação para o século atual, no qual o índice de criminalidade tem se tornado cada vez maior, ou seja, a atuação do Ministério Público encontra-se cada vez mais ampliada, visando efetivar o combate à criminalidade, não existindo então motivo para que o poder de investigação criminal seja vedado a este, aliás, tendo em vista

que essa legitimação representa um benefício, e não demérito à atuação combativa das Polícias Civil e Federal.

REFERÊNCIAS

AVENA, Norberto. **Processo Penal Esquematizado**. 4. ed., revista atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Método, 2012.

CARNEIRO, J. R.G. **O Ministério Público e suas Investigações Independentes**. São Paulo: Malheiros, 2007.

GONÇALVES, Edilson Santana. **O poder de investigar**. In: Revista do **Ministério Público & Sociedade**, Ano 3, Fortaleza, 2003.

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

JESUS, Damásio E. de. **Poderes investigatórios do Ministério Público**. MPMG Jurídico. Ano III - out/dez de 2007.

LOPES JR., AURY. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. Volume 1.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**, 6. ed. São Paulo- SP: Editora Saraiva, 2007.

MOUGENOUT, Edilson Bonfim. **Curso de Processo Penal**, 8. ed., São Paulo, Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**, 6. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**, 21. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Em face da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público pode realizar e/ou presidir a investigação criminal, diretamente?** in “Direito Constitucional: organização dos poderes da República”. Clèmerson Merlin Clève, Luíz Roberto Barroso (organizadores). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. (Coleção Doutrinas essenciais, v. 4).

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**, 14. ed. Saraiva, 2011

VIEIRA, R. S. Procedimento investigatório criminal. Boletim IBCCRIM, São Paulo, n. 168, 2006.